



Especialistas dizem que guerra fiscal prejudica crescimento

Senadores e ex-integrantes do governo debateram ontem na Comissão de Assuntos Econômicos projeto que unifica as alíquotas interestaduais de ICMS. Proposta pode ser levada a Plenário no início de abril

Como algumas das consequências negativas da guerra fiscal entre os estados, os analistas apontaram erosão na base de tributação do ICMS e a complexidade das legislações estaduais, o que desestimularia investimentos. Alertaram ainda para a necessidade de o Congresso decidir rapidamente sobre a questão de modo a evitar

insegurança jurídica entre os empreendedores. Hoje, a comissão realiza novo debate sobre o tema com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e secretários estaduais. Presidente da CAE, Lindbergh Farias quer que a comissão analise a proposta até o dia 26, para que o Plenário possa votá-la em abril. **3**



Moreira Manz/Agência Senado

CAE realiza primeiro debate sobre proposta que visa dar fim à guerra fiscal: encontro de hoje será com integrantes do Conselho Nacional de Política Fazendária

Fabio Scremin/APFA



Trabalhadores portuários: medida provisória que muda regras de funcionamento dos portos é criticada pelos sindicatos

MP dos Portos é prorrogada por 60 dias

A prorrogação, publicada ontem no *Diário Oficial da União*, permitirá que a medida provisória seja discutida com mais profundidade. Hoje e amanhã, a comissão especial que analisa a MP ouvirá representantes das empresas portuárias e dos usuários. Na semana que vem, representantes do governo. Os trabalhadores, maiores críticos da MP, já foram ouvidos. **2**

Especialistas discutem acidentes na construção civil **7**

Texto prevê incentivos a agrotóxicos naturais **6**

Projeto reforça campanha contra exploração sexual de menores **8**

Estatuto da Juventude é tema de audiência hoje **8**

Em exposição, as fotos mais marcantes de 2012 no Senado **2**

especial Cidadania

Excesso de peso está se tornando epidemia

O aumento do sedentarismo e a mudança de hábitos alimentares têm provocado o crescimento da obesidade no país, especialmente entre as crianças. Tramitam no Senado propostas para combater o problema. **4 e 5**



A proibição da venda de refeições fast-food acompanhadas de brindes infantis e brinquedos é prevista em projeto de Eduardo Amorim

Lira de Paula/Agência Senado

Vigência da MP dos Portos é prorrogada por 60 dias

Com a medida, publicada ontem no *Diário Oficial da União*, Congresso terá mais tempo para debater mudanças propostas pelo governo federal

O PRESIDENTE DO Senado e do Congresso, Renan Calheiros, prorrogou por 60 dias a Medida Provisória (MP) 595/12, que trata do novo regime de exploração dos portos. A prorrogação foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A medida provisória foi editada em 6 de dezembro e é relatada por Eduardo Braga (PMDB-AM) numa comissão mista.

Alguns pontos da MP são criticados pelos trabalhadores portuários. Eles entendem que ela precariza a mão de obra, centraliza a tomada de decisões em Brasília e não mantém a atuação da guarda portuária.

Eles também são contra a contratação temporária e defendem o uso do órgão gestor de mão de obra (Ogmo), tanto nos portos públicos quanto



Trabalhadores atuam no Porto de Paranaguá (PR): MP enfrenta resistências

nos portos privados.

O governo sugere a adoção do conceito de concessão de uso de bem público para as instalações dentro do porto organizado, formalizado em contratos de concessão e de arrendamento. Também é proposta a adoção do regime de autorização para a exploração de instalações portuárias fora do porto organizado.

Serão dois regimes: um associado a uma infraestrutura pública (concessão e

arrendamento) e outro a uma estrutura privada (autorização).

Os debates sobre a MP prosseguem hoje e amanhã, com representantes das empresas portuárias e usuários. Na semana que vem, serão ouvidos representantes do governo.

O *Diário Oficial da União* de ontem também trouxe a prorrogação da MP 593/12, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Subcomissão de Belo Monte elege presidente hoje

A Subcomissão para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte elegerá hoje o presidente e o vice-presidente.

Foi indicado para a presidência Delcídio do Amaral (PT-MS). Para a relatoria, Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Não há indicado para a vice-presidência.

A subcomissão é temporária

e está ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A Usina de Belo Monte está sendo construída no Rio Xingu, no Pará. Será a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira e a terceira maior do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas e da

brasileira e paraguaia Itaipu.

Desde o início, o projeto encontrou forte oposição de ambientalistas e indígenas, que argumentam que a construção modificará o regime de escoamento do rio, com redução do fluxo de água, afetando a flora e a fauna local e provocando impactos socioeconômicos negativos.



Exposição de fotografias do Senado poderá ser visitada até 8 de abril

Senado exhibe as 100 fotos mais marcantes de 2012

Será inaugurada hoje, às 11h, a exposição *100 Fotos de 2012*, uma retrospectiva dos principais acontecimentos do Senado ao longo do ano passado. As cem fotos foram selecionadas entre as mais de 325 mil produzidas pelos fotógrafos do Senado em 2012.

As fotografias retratam debates nas comissões, discussões no Plenário, atividades das

CPIs, campanhas institucionais, prêmios e homenagens — como a devolução simbólica dos mandatos aos senadores cassados durante a ditadura militar.

A escolha das imagens é feita anualmente pela Coordenação de Fotografia, em um trabalho que leva em consideração a qualidade jornalística e estética do material.

As fotos expostas estarão disponíveis para download no site da Agência Senado. Elas ainda ilustrarão um catálogo impresso e digital, que também poderá ser baixado no site.

A mostra *100 fotos de 2012* poderá ser visitada no hall das Alas Teotônio Vilela e Tancredo Neves, no final do Túnel do Tempo do Senado, até 8 de abril.

Luiz Henrique defende unificação de eleições

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu a unificação das eleições no Brasil e mandatos de cinco anos para os cargos do Poder Executivo, sem reeleição.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Brasil gastou mais de R\$ 1 bilhão em cada uma das últimas eleições.

— O Brasil não suporta, o povo não suporta, as prefeituras não suportam, os governos estaduais não suportam, a União não suporta, os eleitores e os candidatos não suportam, ninguém suporta mais essa sucessão desgastante de eleições a cada dois anos — afirmou.

Para Luiz Henrique, todas as eleições devem ser realizadas juntas.

— O processo de eleição a



Luiz Henrique: eleição a cada dois anos impõe custos elevados ao país

cada dois anos não permite aos governos tempo para planejar o médio e o longo prazo. A nação vive mergulhada no curto prazo, afogada nesse vaivém desatinado de eleições. Mal saímos das eleições municipais, já estamos envolvidos no debate sobre a escolha dos próximos deputados, dos próximos senadores, dos próximos governadores e do próximo presidente.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Alfabetização

14h Pauta trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 2/13, que trata do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

PRESIDÊNCIA Sertão alagoano

11h Renan visita obras do canal do sertão alagoano; às 16h, ordem do dia; às 17h, recebe o ministro Guido Mantega; às 19h, a diretora-geral da ANP, Magda Chambrind. Depois, preside sessão do Congresso para votar o Orçamento 2013.

CÓDIGO DO CONSUMIDOR Ações

8h30 Debate sobre ações coletivas. Entre os convidados, o presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, Murilo de Moraes e Miranda.

CCT Exploração sexual

9h Na pauta, projeto que determina mensagens em rádio e TV contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da internet.

CAE Anuidade escolar

9h Na pauta, projeto que inclui desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento.

CAS Estatuto da Juventude

9h Audiência terá participação da secretária Nacional de Juventude da Presidência da República, Severine Macedo.

CE Venda de monografias

11h Na pauta, projeto que determina divulgação obrigatória de trabalhos de conclusão de curso superior para evitar plágio e coibir a venda de monografias.

CMC Plano de trabalho

11h Reunião da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas para deliberação do plano de trabalho de 2013, apresentado pelo relator, deputado Sarney Filho.

EXPOSIÇÃO 100 Fotos de 2012

11h Abertura da exposição *100 Fotos de 2012*, iniciativa da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado.

CMA Preço da gasolina na internet

11h30 Os postos de combustíveis deverão informar os preços no site da Agência Nacional do Petróleo. É o que estabelece projeto que será examinado.

BELO MONTE Eleição

14h Instalação da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, com eleição de presidente e vice-presidente e designação de relator.

REGIMENTO COMUM Instalação

14h30 Instalação da comissão mista para elaborar proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso. Será eleito o presidente e designado o relator.

CMO Crédito para ministérios

14h30 Votação, entre outros itens, da medida provisória que abre crédito, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 573,3 milhões.

CONGRESSO Orçamento 2013

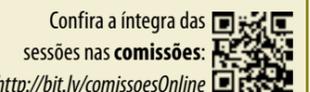
19h Reabertura da sessão conjunta do Congresso, no Plenário da Câmara dos Deputados, para votação do projeto de lei orçamentária para 2013.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos debateu proposta do governo que unifica alíquotas interestaduais e pode ser votada em Plenário até o início de abril

Guerra fiscal do ICMS prejudica o desenvolvimento, dizem analistas

A COBRANÇA DE alíquotas diferentes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelos estados prejudica o desenvolvimento econômico do país, avaliaram especialistas ouvidos em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na noite de ontem. Eles discutiram a proposta (PRS 1/13) do governo federal de unificar as alíquotas do imposto.

Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy disse que a estrutura do ICMS em vigor prejudica a realização de investimentos produtivos. Para ele, é necessária uma deliberação rápida do Congresso sobre o tema para garantir segurança jurídica aos investimentos realizados que receberam incentivos.

Germano Rigotto, ex-governador do Rio Grande do Sul, considerou fundamental a criação de instrumentos que assegurem a compensação efetiva das perdas de arrecadação decorrentes da eventual redução das alíquotas.

— Se sou totalmente a favor de limitar a guerra fiscal pela unificação das alíquotas, temos de ter regras claras para a compensação e consolidação de situações já estabelecidas.

Nelson Machado, ex-ministro da Previdência Social, apontou várias consequências negativas da guerra fiscal,



Fiscalização no Rio de Janeiro: proposta quer encerrar guerra fiscal com cobrança de imposto no destino da mercadoria

Marcelo Henri/Contraste/Imagem

como ineficiência na alocação econômica, erosão da base de tributação do ICMS e complexidade das legislações em cada estado.

Por sua vez, Guilherme Gomes Dias, ex-ministro do Planejamento, considerou fundamental a realização de reformas que levem a uma redução efetiva da carga tributária e a simplificação da administração do ICMS. Em sua avaliação, a reforma proposta pelo governo federal deixa a desejar, tendo enorme potencial até mesmo para levar a um aumento da carga tributária.

José Roberto Afonso, economista e doutor pela Universidade Estadual de Campinas, fez um alerta para o risco de a consolidação de incentivos

concedidos a empreendimentos no passado atuar como fator de restrição à entrada de novos empreendedores.

Senadores

Na audiência, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que existe a possibilidade de que a União monopolize ainda mais a concessão de incentivos fiscais e cobrou compensações aos estados a partir da unificação do ICMS.

No mesmo sentido, Luiz Henrique (PMDB-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) pediram mais reflexão sobre a mudança.

Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que há necessidade de buscar uma nova estrutura para o tributo que permita ao país produzir com

mais eficiência.

José Pimentel (PT-CE) mencionou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou inconstitucionais os incentivos fiscais do ICMS. O senador externou a preocupação do governo de buscar segurança jurídica sobre o tema.

Wellington Dias (PT-PI) chamou a atenção para a existência de interesses completamente opostos entre os estados.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), destacou a importância dos debates que serão realizados pela comissão. Ele quer que a CAE aprecie o projeto até o dia 26, de forma que sua votação possa ser feita em Plenário no começo de abril.

Rolleberg quer ampliar limite da dívida de estados



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) anunciou a apresentação de projeto para ampliar o limite do montante global

de operações de crédito nos exercícios financeiros de 2013 e 2014, aumentando a capacidade de investimento dos estados.

— A desaceleração dos investimentos gera efeitos restritivos às cadeias produtivas ligadas ao setor de bens de capital, enfraquecendo esse importante indutor do crescimento econômico — afirmou o senador, que também destacou os efeitos negativos na indústria.

A proposta, disse, é aumentar de 16% para 30% da receita corrente líquida o limite das operações de crédito de estados e municípios destinadas a investimentos de infraestrutura na área urbana e rural.

Souza defende maior participação do Paraná no FPE



Moireira Mariz/Agência Senado

Sérgio Souza (PMDB-PR) pediu uma reflexão sobre as perdas do Paraná com o pacto federativo. Ele afirmou

que o estado arrecada para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) cerca de R\$ 35 bilhões por ano, mas fica com apenas R\$ 4,3 bilhões — 86% do arrecadado fica com a União e outros estados. Hoje, o FPE destina 85% dos recursos para as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

— Sempre estamos sendo preteridos. Sempre o Paraná tem que ceder. Mas o Paraná também tem problemas.

O senador lembrou que as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste têm recursos especiais e que o Paraná também tem regiões pobres, que precisam de atenção especial.

Ferraço diz que Adams mudou de posição sobre royalties



Paulo Cinquetti/Agência Senado

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, por mudar de posição

em relação à Lei dos Royalties e ao veto presidencial derrubado pelo Congresso. Segundo ele, foi o próprio advogado-geral que orientou a presidente Dilma Rousseff a vetar dispositivos da lei para impedir que a partilha atingisse contratos de exploração já licitados, preservando as receitas dos estados produtores. Entretanto, depois da derrubada, Adams mudou de posição, segundo Ferraço.

— Foi a partir das fundamentações do doutor Adams que a presidente houve por bem vetar os absurdos previstos na lei aprovada, sem qualquer respeito aos nossos direitos.

Para Vanessa, ataque à direção da Petrobras é "leviano"



Pedro Franco/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a gestão de Graça Foster à frente da Petrobras.

Ela classificou de "ataques levianos" as críticas da oposição e relatou o encontro que teve ontem com a presidente da Petrobras, no Rio.

Vanessa apresentou números para responder às críticas à queda de 36% no lucro no ano passado, à redução de 2% na produção, ao aumento de 110% no custo da extração e à queda de 14% nas ações.

— Desde 2002, o lucro líquido cresceu 161%, saindo de R\$ 8 bilhões para R\$ 21 bilhões em 2012. A geração de caixa triplicou nesse último período. A produção de óleo e gás natural cresceu 34% nesse período — enumerou Vanessa.

Comissão ouve secretários da Fazenda hoje

A CAE promove hoje audiência pública sobre a proposta do governo federal (PRS 1/13) de reforma do ICMS. Pelo texto, as alíquotas do imposto — que são de 7% nos estados do Sul e do Sudeste (exceto Espírito Santo) e de 12% nos demais — deverão convergir para 4% até 2025.

Para as operações realizadas nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Espírito Santo destinadas às Regiões Sul e Sudeste, as alíquotas seriam de 11% em 2014, com redução de um ponto percentual por ano. Para as operações nas Regiões Sul e Sudeste, parte-se de 6% em 2014 para atingir 4% em 2016. O objetivo é desestimular a guerra fiscal.

Participam do debate o secretário-executivo do Ministério da Fazenda e presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Nelson Barbosa, e os secretários da Fazenda Cláudio Trinchão (Maranhão), Afonso Lobo (Amazonas), Paulo Câmara (Pernambuco), Carlos Benevides Filho (Ceará), Jader Julianelli (Mato Grosso do Sul), Leonardo Colombini (Minas Gerais) e Luiz Carlos Haulay (Paraná).

Alvaro: anúncio de Dilma sobre cesta básica foi eleitoreiro



Waldemir Barreto/Agência Senado

Meses depois de vetar sugestão do PSDB de desonerar a cesta básica, o governo resolveu desonerá-la e usou a cadeia nacional de rádio e TV para anunciar a decisão de forma eleitoreira, acusou Alvaro Dias (PSDB-PR).

— Nos últimos anos, há a reincidência [do governo] em matéria de ocupação de um espaço público, com o dinheiro público, com o poder da máquina pública, para alcançar objetivos eleitoreiros. Em cadeia nacional de rádio e TV, a presidente Dilma Rousseff utilizou a homenagem ao Dia Internacional da Mulher para anunciar a desoneração da cesta básica. Ela se esqueceu de dizer que o PSDB propôs exatamente isso há pelo menos seis meses, mas ela vetou — disse.

Obesidade cresce rapidamente no Brasil e no mundo

Aumento do consumo de alimentos altamente calóricos e ricos em gordura, sal e açúcar, mas pobres em nutrientes ocorre juntamente com o crescimento do sedentarismo, mudanças nos meios de transporte e aumento da urbanização

Juliana Steck

ANTES CONSIDERADOS PROBLEMAS de países ricos, o sobrepeso e a obesidade estão em alta nas nações de baixa e média rendas, em especial nas áreas urbanas, conforme estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No mundo todo, já são responsáveis por mais mortes do que a desnutrição.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou, em agosto de 2010, os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-09), indicando que o peso dos brasileiros vem aumentando nos últimos anos. O excesso de peso em homens adultos saltou de 18,5% para 50,1% — ou seja, metade dos homens adultos já estava acima do peso — e ultrapassou, em 2008-09, o excesso em mulheres, que foi de 28,7% para 48%.

O excesso de peso e a obesidade são encontrados com grande frequência, a partir de 5 anos de idade, em todos os grupos de renda e em todas as regiões brasileiras. O IBGE e o Ministério da Saúde entrevistaram e tomaram medidas de 188 mil pessoas de todas as idades em 55.970 domicílios

em todos os estados e no Distrito Federal.

No início de fevereiro, foram divulgados os resultados de um levantamento realizado pelo Programa Meu Prato Saudável, coordenado pelo Instituto do Coração (Incor), do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, no município de São Paulo, apontando que 66,3% dos entrevistados estão acima do peso: 28,9% estão obesos — sendo 19% com obesidade grau 1 (forma mais leve), 7,2% com grau 2, e 2,7% com o grau 3, conhecido como obesidade mórbida — e 37,4% com sobrepeso.

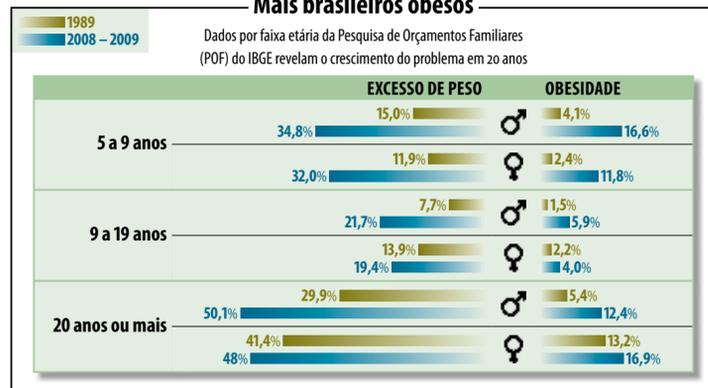
Os resultados chamam

mais a atenção porque estão bem acima do Vigitel 2011 (pesquisa telefônica feita pelo Ministério da Saúde), que apontava 15,8% dos brasileiros como obesos e 48,5% com sobrepeso. Um crescimento muito grande em pouco tempo.

Para o nutrólogo Durval Ribas Filho, presidente da Associação Brasileira de Nutrologia (Abran), a retirada do mercado de algumas drogas para emagrecer e a restrição do uso dos remédios que restaram podem ser fatores a mais para explicar tantos casos de obesidade na cidade de São Paulo (veja Especial Cidadania sobre o tema no Saiba Mais).

E a tendência é que o problema piore. *Muito Além do Peso*, um documentário sobre obesidade infantil lançado em novembro do ano passado e dirigido por Estela Renner, revela que já há no Brasil uma geração de crianças condenadas a morrer cedo ou ter problemas de saúde em função de maus hábitos alimentares. O filme afirma que 56% dos bebês brasileiros com menos de um ano de idade tomam refrigerantes. Um terço das crianças brasileiras está acima do peso ou obesa: 33% têm obesidade, sendo que quatro de cada cinco delas deverão manter-se nessa condição até o fim da vida.

Mais brasileiros obesos



"A falta de tempo e informação adequada levam as pessoas a trocarem pratos saudáveis por salgadinhos, refrigerantes e sanduíches, e a exagerarem na ingestão calórica e no consumo de açúcar", diz o senador Cristovam

Rotina agrava problema nas crianças

Enquanto os alimentos ricos em açúcar e gordura, mas pobres em nutrientes, que só eram oferecidos às crianças em ocasiões especiais, passaram a fazer parte da rotina alimentar de muitos meninos e meninas, andar a pé ou brincar na rua deixaram de ser hábitos tão frequentes, substituídos por televisão, videogame, computador e andar de carro. A ansiedade e estresse, para os quais a forma de escape muitas vezes é comer em excesso, tornaram-se mais frequentes entre crianças.

O resultado dessas mudanças é verificado em estatísticas que apontam uma verdadeira epidemia de obesidade infantil. Segundo a POF 2008-09, em 2009, uma em cada três crianças de 5 a 9 anos estava acima do peso recomendado pela OMS.

O reflexo aparece no diagnóstico cada vez mais frequente de crianças com doenças antes típicas de adultos, como colesterol alto, hipertensão e diabetes tipo 2, que resultam principalmente do estilo de vida inadequado. Tem crescido também o risco de infarto e

acidente vascular cerebral (AVC) em idades precoces. Segundo a endocrinologista Patrícia Medici Dualib, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) e da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a principal causa dessa epidemia é o fácil acesso a alimentos como biscoitos recheados, salgadinhos de pacote, refrigerante e fast-food. O sedentarismo, estimulado pelo medo da violência urbana, é outra causa.

— Também falta estímulo à alimentação saudável nas escolas — critica. No caso das cantinas e lanchonetes das escolas, ainda não há uma lei nacional sobre o tema, mas estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul já têm leis para regulamentar a venda de alimentos nesses locais.

Patrícia acrescenta que o excesso de peso pode ainda interferir na qualidade de vida das crianças por meio de doenças articulares, que provocam dores e apneia do sono. Também podem ocorrer transtornos

alimentares como bulimia e anorexia, ressalta.

Alguns produtos industrializados como sobremesas lácteas gordurosas, biscoitos "integrais" com muito sódio e gordura, sucos à base de soja e néctares de fruta de caixinha com excesso de açúcar podem parecer nutritivos pela embalagem, enganando o consumidor. Por isso, ela defende, ainda, que a sociedade se organize para cobrar mudanças no rótulo dos alimentos, com alerta sobre os ingredientes não saudáveis presentes na composição de cada produto. No Senado, há projeto sobre o tema (veja ao lado).

A quantidade de alimentos oferecida às crianças também é um problema. Os filhos de famílias com menos condições financeiras, por exemplo, muitas vezes almoçam três vezes por dia: em casa, em projetos sociais que frequentam e na merenda da escola — já que muitas instituições públicas oferecem uma refeição completa e não apenas um lanche (mesmo a obesidade sendo hoje um problema bem mais frequente que a desnutrição no país, segundo o IBGE).

Senadores têm projetos para combater o excesso de peso

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou o PLS 489/08 determinando que, para orientar a escolha de uma alimentação saudável, os rótulos das embalagens dos alimentos deverão trazer selo de identificação com cores, em função de sua composição nutricional

"Julgamos que a identificação por meio de um selo de cores diferenciadas irá auxiliar a população a escolher os alimentos e melhorar suas condições de saúde", argumenta Cristovam. O projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o relator é Cyro Miranda (PSDB-GO). Depois segue para a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), para a Comissão de Agricultura (CRA) e receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Já projeto de Jayme Campos (DEM-MT) determina que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil. O PLS 196/07 altera a Lei

8.918/94. Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação do relator.

Na CMA, foi aprovado voto em separado de Romero Jucá (PMDB-RR), determinando que "as embalagens das bebidas açucaradas deverão informar o teor calórico e conter advertência sobre os malefícios decorrentes do consumo abusivo dessas bebidas, segundo frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde, usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, acompanhadas de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem". Depois o texto segue para a CAE e, em decisão terminativa, para a CAS.

O PLS 144/12, de Eduardo Amorim (PSC-SE), veda a promoção e a comercialização de refeição rápida acompanhada de brinde, brinquedo, objeto de apelo infantil ou bonificação. Já foi aprovado na CMA e encontra-se na CAE, onde o parecer do relator, Ciro Nogueira (PP-PI), é contrário ao projeto. Depois receberá decisão terminativa na CAS.

É preciso mudar hábitos para não encurtar a vida

Se até meados do século passado 50% das mortes eram provocadas por doenças infecciosas, hoje elas causam apenas 5% dos óbitos. Já as doenças crônicas — causadas principalmente pelo estilo de vida inadequado — foram responsáveis por 49% dos 35 milhões de falecimentos de 2005, segundo a OMS. A previsão é de que, em 2030, as doenças crônicas respondam por 70% do total de mortes.

Para evitar o excesso de gordura visceral e ser mais saudável não é preciso uma dieta muito restritiva nem abusar de exercícios físicos. Pequenas mudanças na rotina podem melhorar muito não só a saúde como a qualidade de vida.

A nutricionista Valéria Mortara, de Londrina (PR), explica que nem sempre é fácil substituir o prazer imediato, como o de comer chocolate, por exemplo,

pela satisfação de ser mais saudável, mas que é obtida em longo prazo. Tem que ser uma decisão interior, explica. Valéria acredita que a conquista de hábitos saudáveis depende de uma perspectiva realista.

— Devemos aderir a mudanças que seremos capazes de manter — diz.

Ela cita como regras a serem seguidas diariamente: comer cinco porções diárias de vegetais (entre verduras,

legumes e frutas), beber oito copos de água por dia, ter horários mais ou menos fixos para as refeições, mastigar bem e nunca repetir o prato.

— É mais importante comer vegetais todos os dias do que rejeitar doces ou frituras. Se a gente come salada, não sobra tanto espaço para bife à milanesa e batata frita — afirma.

Para uma reeducação alimentar, segundo a nutricionista, as escolhas saudáveis têm de ser diárias. Só com a repetição os bons hábitos se transformam em rotina. Fazer trocas também é um bom caminho.

— Ao trocar refrigerante por água ou um alimento por outro melhor, você ocupa com coisas saudáveis o que antes era ocupado por inadequadas.

A mudança depende ainda de planejamento, afirma Valéria. Uma dica é ter sempre na geladeira verduras e legumes lavados, bem secos (para aumentar a conservação), guardados em recipientes plásticos, para garantir as porções diárias de vegetais. E fazer porções maiores de pratos que podem ser congelados e guardar o restante para os dias de mais correria.

— Com as informações certas, dá para preparar uma refeição saudável no mesmo tempo em que se esperaria um pedido de pizza.

Doença crônica é epidemia em vários países

A obesidade é considerada uma doença crônica caracterizada pelo excesso de gordura no organismo com desproporção na distribuição da gordura pelo corpo. Cerca de 250 milhões de pessoas no mundo apresentam sobrepeso ou obesidade, sendo que quase todos os países sofrem dessa epidemia, inclusive o Brasil. O sobrepeso é estabelecido quando o índice de massa corporal (IMC), relação entre peso e altura, é de 25 até 29,9. A partir de 30 de IMC a pessoa é considerada obesa. O IMC é calculado dividindo o peso pela altura elevada ao quadrado.

O excesso de gordura visceral (intra-abdominal) é considerado um fator de risco maior que o excesso de peso total, pois envolve os órgãos do abdômen e está

correlacionado com diabetes, pressão alta, colesterol alto, doenças cardiovasculares e síndromes metabólicas. A obesidade também aumenta o risco de incidência de alguns tipos de câncer, como mama, intestino, estômago e próstata. Nas meninas, predispõe ao desenvolvimento da puberdade precoce.

Já a gordura localizada (subcutânea, logo abaixo da pele, que forma os "pneuzinhos" e os culotes) não oferece riscos graves para a saúde, é um problema mais estético, mas que precisa de atenção porque pode ocorrer simultaneamente ao excesso de gordura visceral.

A forma mais segura de identificar o tipo de gordura corporal é por meio de exames clínicos. Buscar ajuda médica é essencial principalmente nos casos de gordura visceral, quando é necessário tratar as doenças que estão causando o acúmulo de gordura ao redor dos órgãos.

A obesidade tem causa multifatorial, envolvendo questões biológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais. Mas a principal causa costuma ser o desequilíbrio entre o consumo de alimentos e o gasto de calorias.

A genética contribui com menos de 10% dos casos e outros fatores, como

comportamento alimentar, sedentarismo e prática da atividade física possuem maior influência sobre o excesso de gordura corporal. Algumas doenças endócrinas, como hipotireoidismo e problemas no hipotálamo, representam menos de 1% dos casos de excesso de peso.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), nos últimos anos houve um aumento global do consumo de alimentos altamente calóricos e ricos em gordura, sal e açúcar, mas pobres em vitaminas, minerais e outros micronutrientes. Ao mesmo tempo, ocorreu uma queda na atividade física por causa do aumento de atividades laborais de natureza sedentária, mudança nos meios de transporte e aumento da urbanização.

Acúmulo de gordura ao redor dos órgãos é a forma mais grave de obesidade



A nutricionista Valéria Mortara sugere simples mudanças na rotina

Saiba mais

Portal da Saúde — Ministério da Saúde
<http://www.saude.gov.br>

IBGE — Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-09)
<http://bit.ly/POF200809>

Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia
<http://www.endocrino.org.br/obesidade>

Documentário *Muito Além do Peso*, de Estela Renner
<http://www.muitoalemdepeso.com.br>

Especiais Cidadania relacionados:
<http://bit.ly/Cidadania409> e <http://bit.ly/Cidadania346>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Agrotóxico natural pode ganhar incentivos

Comissão de Ciência e Tecnologia analisa hoje projeto que visa reduzir, com crédito e pesquisas, o risco de contaminação de alimentos

UM DOS PROJETOS que a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vai analisar hoje institui a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, a fim de reduzir os perigos dos agrotóxicos nos alimentos. O projeto (PLS 679/11), de Ana Rita (PT-ES), altera a Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/89) para financiar pesquisas e oferecer crédito aos produtores rurais que utilizarem defensivos agrícolas de baixo risco. O financiamento se dará pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Segundo Ana Rita, além de representarem riscos à saúde, os agrotóxicos convencionais prejudicam as exportações, como ocorreu no início de 2012, quando o suco de laranja brasileiro foi barrado nos Estados Unidos devido ao uso de agrotóxico proibido lá.

O projeto prevê incentivos a



O uso de agrotóxicos tradicionais significa riscos à saúde dos consumidores e prejudica as exportações brasileiras, segundo argumenta a autora do projeto, Ana Rita

unidades industriais de produção e distribuição de agrotóxicos de baixa periculosidade, além de crédito, assistência técnica e capacitação para produtores rurais.

O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), deu voto favorável e enfatizou que a Conferência das Nações Unidas sobre

Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012, evidenciou a necessidade de o Brasil acelerar as mudanças tecnológicas na agropecuária. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e seguirá para votação final na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Hoje a CCT também vai examinar dois requerimentos de Zeze Perrella (PDT-MG) que propõem audiências públicas. A primeira, com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, para tratar

dos 15 anos da Lei Geral de Telecomunicações. A segunda, com o ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, para debater agenda e programas de inovação na indústria. A CCT deve analisar ainda sete projetos que autorizam associações a executarem radiodifusão comunitária.

Vital cobra conclusão da obra de transposição do São Francisco



A sociedade nordestina tem mostrado inquietação com os atrasos nas obras de transposição do Rio São Francisco, disse ontem Vital do Rêgo (PMDB-PB). Ele é presidente da comissão temporária criada para acompanhar a transposição. Nos dias 7 e 8, a comissão

— incluindo ele e os senadores Humberto Costa (PT-PE), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Cícero Lucena (PSDB-PB) — visitou a obra com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

— No leito da estrada, há muitas carcaças de animais — lamentou, ressaltando que o Nordeste enfrenta a pior seca das últimas décadas.

Segundo Vital, com a retomada das obras, haverá cem quilômetros de cada eixo de canal abastecidos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acrescentou que todos os brasileiros torcem pela obra, e Ataídes de Oliveira (PSDB-TO) disse que será oportunidade de crescimento para o Nordeste. Para Cristovam Buarque (PDT-DF), o tema é tão importante que o Congresso deveria parar para um debate específico.

Casildo diz que país precisa investir mais para poder crescer



O Brasil tem que oferecer soluções ao setor produtivo se quiser crescer além do 0,9% registrado ano passado como aumento do produto interno bruto (PIB), disse Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele citou gargalos que tiram a competitividade do país e mencionou a dificuldade das

empresas para manejar a legislação e entender as alterações feitas por medidas provisórias. O senador reconheceu esforços do governo em desonerações, mas pediu um projeto amplo de reforma tributária.

— Nossa carga tributária, que consome cerca 35% do PIB, exaure nossa agilidade e a competitividade interna e externa — afirmou.

Casildo disse que o setor produtivo esbarra numa logística de transportes que consome grande parte do lucro — 54%, no caso do milho. Ele defendeu ligações ferroviárias a portos e aeroportos para que o Brasil entre no mercado competitivo mundial.

Em aparte, Vital do Rêgo (PMDB-PB) confirmou o atraso do Brasil em melhorar sua estrutura logística.

Figueiró pede estrada para escoar produção de Mato Grosso do Sul



Ruben Figueiró (PSDB-MS) sugeriu ontem a construção de rodovia federal para escoar a produção agropecuária de seu estado. Ele defendeu seu projeto (PLS 73/13) que prevê a criação de uma estrada entre as cidades de Mineiros (GO) e Umuarama (PR), passando pelo Mato Grosso do Sul.

— Nosso potencial é imenso — disse.

O senador disse que seu estado será em breve uma das principais unidades da Federação, destacando a fronteira com outros países e farta quantidade de água, inclusive com o Aquífero Guarani, uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo. Acrescentou que o Mato Grosso do Sul tem o terceiro maior rebanho do país, com 28 milhões de cabeças de bovinos, além de ser cortado pelo Gasoduto Bolívia-Brasil e ser grande produtor de milho, soja, sorgo e ter reservas minerais na região de Corumbá. Mas Figueiró admitiu contrastes: o estado tem mais de 80% da população concentrada em apenas 10 cidades e falta infraestrutura de estradas.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aumento de acidentes de trabalho na construção preocupa autoridades

Especialistas afirmam, em debate na CDH, que Brasil não tem cultura de prevenção e apontam pressão por rapidez nas obras

O CRESCIMENTO DA construção civil tem sido acompanhado do aumento de acidentes de trabalho e de mortes de operários, principalmente por soterramento, queda ou choque elétrico.

O setor da construção foi o foco da preocupação de auditores do trabalho, gestores públicos e especialistas da Justiça do Trabalho presentes ontem a uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo o desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a cada dia de 2011, em média, 50 trabalhadores saíram do mercado por morte ou invalidez, vítimas de acidentes de trabalho em todos os setores produtivos.

Entre as causas de tantos acidentes, Oliveira apontou a falta da cultura da prevenção e um ritmo de trabalho “cada vez mais denso, tenso e intenso”.

— Imagina-se que o acidente faz parte da produção, que é



Paim (C) preside audiência com representantes do governo, dos auditores e da Justiça do Trabalho

obra do acaso. Não. O acidente é principalmente obra do descaso, da falta da cultura de prevenção — disse.

Nos canteiros de obra, a pressão se verifica na redução do tempo para construir um metro quadrado — que em 1995 era de 42 horas e hoje foi reduzido para 36 horas, segundo o auditor fiscal Francisco Luis Lima, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Questionado por Paulo Paim

Jornada perigosa

Dados de profissionais afetados por acidentes laborais no Brasil, nos diversos setores do mercado de trabalho

	INVALIDEZ TEMPORÁRIA*	INVALIDEZ PERMANENTE	MORTES
2006	149.944	9.203	2.798
2008	335.609	13.096	2.817
2009	325.027	14.605	2.560
2010	309.827	15.942	2.753
2011	301.945	14.811	2.884

* acima de 15 dias

(PT-RS), que presidiu o debate, Jeferson Seidler, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, disse que o número de acidentes nas grandes

obras mantém a média dos últimos anos.

— Não houve um aumento em relação à média histórica — afirmou.

Faltam auditores para fiscalizar segurança em canteiros de obras

No debate de ontem, foram ressaltadas as dificuldades de fiscalização — seja pelo número insuficiente de auditores, seja pelas más condições de trabalho e pelos riscos que esses profissionais enfrentam.

— O dimensionamento do quadro funcional de inspetores é inadequado para atuar no combate ao trabalho infantil e trabalho escravo, que não é mais só no meio rural, mas também nas capitais.

É também insuficiente para atuar contra a terceirização ilícita, um problema enorme no país. Hoje se terceiriza tudo dentro da construção civil — disse Francisco Luis Lima, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Para Ataídes de Oliveira (PSDB-TO), os treinamentos de mão de obra conduzidos no país são ineficientes.

— Em 2012, o Sistema S arrecadou R\$ 15 bilhões para

a tarefa de qualificar a mão de obra. Onde foram aplicados esses R\$ 15 bilhões? — questionou o senador.

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a situação dos trabalhadores terceirizados:

— A cada dez acidentes, oito são com terceirizados. Há algo errado.

Renato Henry Sant’Anna, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

(Anamatra), fez um apelo para que o Congresso defina regras claras para a regulamentação do trabalho terceirizado.

Na audiência, foi lançada a *Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável*, da Anamatra.

— O objetivo da cartilha é despertar para uma realidade que envergonha o Brasil e a Justiça — disse Sant’Anna, referindo-se à quarta posição do país no ranking mundial de acidentes de trabalho.

Ataídes de Oliveira denuncia “caixa-preta” do Sistema S



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ataídes de Oliveira (PSDB-TO) criticou ontem a falta de transparência do Sistema S — composto pelo Sesc, Senac, Senai, Sesi, Senar, Sebrae, entre outros. Ele informou ter publicado um livro, *A Caixa-Preta do Sistema S*, com resultados de auditoria feita a seu pedido pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União e pela Receita Federal.

O senador disse que, em 2011, Sesi e Senai arrecadaram das empresas, por boleto bancário, R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,7 bilhão, respectivamente.

— Isso tem que ser notificado à Receita Federal — afirmou.

O senador contou que a auditoria apontou super-salários, licitações sem fiscalização, cumulatividade de cargos, ação por apropriação indébita de R\$ 3,3 bilhões repassados equivocadamente pelo INSS, diminuição no número de cursos gratuitos, aumento dos cursos pagos, desvio de finalidade e métodos contábeis questionáveis.

Projeto prevê exame anual de saúde para caminhoneiros



Genildo Magalhães/Agência Senado

Os caminhoneiros profissionais poderão ser obrigados a realizar uma avaliação de saúde anual para continuar exercendo a atividade. É o que prevê o projeto PLS 407/12, de Eduardo Amorim (PSC-SE), que deve ser votado amanhã pela Comissão de Serviços de

Infraestrutura (CI). Amorim argumenta que os caminhoneiros autônomos ficam desassistidos, pois não têm vínculo empregatício e não conseguem atendimento médico ligado à saúde ocupacional. Ele afirma que esses trabalhadores submetem-se a condições de trabalho desumanas, “dirigindo ininterruptamente por horas a fio, sem repouso”.

Para o senador, a obrigatoriedade da avaliação médica periódica dos caminhoneiros autônomos, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pode melhorar a qualidade de vida deles. Indiretamente, diz, toda a sociedade será beneficiada pela medida, pois “trará mais segurança às rodovias e melhorará a qualidade do transporte de cargas no país”.

Lídice relata PEC das Domésticas, que deverá ser votada amanhã



Arthur Monteiro/Agência Senado

A celebração do Dia Internacional da Mulher, na sexta-feira, acelerou a tramitação da PEC 66/12, que estende aos empregados domésticos os direitos assegurados aos demais trabalhadores. A matéria foi incluída na pauta de votações de amanhã da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse estar empenhado em viabilizar a rápida aprovação em Plenário.

— Eu assumo um compromisso para que nós tenhamos essa decisão aqui no Senado até o final de março, estendendo todos os direitos trabalhistas aos empregados e empregadas domésticas — afirmou Renan.

Na semana passada, Lídice da Mata (PSB-BA) foi indicada relatora da PEC 66/12 na CCJ.

— Desde a [Assembleia Nacional] Constituinte, defendemos o direito da mulher, da empregada e do empregado doméstico no Brasil — disse.

Juizes lançam cartilha do trabalho seguro

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) lançou ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a *Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável*, em quadradinhos.

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, explicou que a publicação é fruto de uma importante bandeira da associação: a redução do número de acidentes de trabalho.

— A cartilha, publicada em linguagem didática e de forma ilustrada, visa promover a cultura da prevenção de acidentes do trabalho. Ela será distribuída para trabalhadores, empregadores e estudantes que estão se preparando para entrar no mercado de trabalho por meio do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania.

A cartilha traz noções básicas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, orienta sobre o uso dos equipamentos de proteção e esclarece sobre a responsabilidade do empregador.

Também participaram do debate na comissão Lais Abramo, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Carlos Eduardo Azevedo Lima, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Philippe Gomes Jardim, da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho; e Carlos Augusto Vaz de Souza, da Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde.

Campanha contra exploração sexual pode ser obrigatória em rádio e TV

Projeto determina que emissoras dediquem cinco minutos diários para veicular mensagens com conteúdo fornecido pelo governo federal

A EXIGÊNCIA DE que rádios e TVs veiculem mensagens de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes será examinada hoje pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O projeto (PLS 332/10) — proposto pela extinta CPI da Pedofilia, que funcionou entre 2008 e 2010 — altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelece que as mensagens devem fazer referência também ao uso seguro da internet. Pela proposta, emissoras de rádio e de TV precisam reservar cinco minutos da programação diária para as mensagens, a serem distribuídas uniformemente na programação. O conteúdo a ser divulgado será fornecido gratuitamente pelo Poder Executivo.

No relatório final aprovado pela CPI da Pedofilia, os senadores afirmam, em defesa do projeto, que a informação é fundamental para campanhas educativas e preventivas: “Nada mais justo do que conclamar emissoras de rádio e televisão, que exploram bens públicos, para que contribuam nesse esforço”.

Para a relatora, Ângela Portela (PT-RR), é inevitável reconhecer a força desses veículos de comunicação, que podem e devem ter papel importante no combate à exploração de



Proposta a ser analisada hoje pela CCT altera Estatuto da Criança e do Adolescente e foi apresentada pela CPI da Pedofilia

crianças e adolescentes.

Favorável ao projeto, Ângela ressaltou que é preciso compensar as empresas de comunicação pela perda de receita provocada pela redução de tempo que poderia ser utilizado para publicidade comercial. Assim, a senadora considerou justo que, ao decidir envolver as emissoras em campanhas de conscientização, o Estado as indenize adequadamente. Para isso, apresentou emenda ao projeto instituindo um mecanismo de compensação fiscal para reparar as perdas de receita a que estarão sujeitas as emissoras privadas.

A emenda feita pela senadora também estabelece que sejam excluídas da obrigação de veicular mensagens do governo as emissoras que comprovarem, no órgão competente do Executivo, já abordar em suas programações normais as temáticas da exploração sexual de crianças e adolescentes e do uso seguro da internet.

Mais de três horas

Ângela disse que, de acordo com estudos recentes, crianças do mundo inteiro passam, em média, mais de três horas diárias em frente à tela da televisão, o que representa

pelos menos 50% mais tempo do que em qualquer outra atividade não escolar, incluindo a elaboração de deveres de casa, convívio com a família e amigos ou leitura. Ao dominar completamente o cotidiano das crianças, a televisão transformou-se no principal fator de socialização desse segmento da população. Daí a importância de sua participação em campanhas de conscientização.

Se aprovado na CCT, o projeto seguirá para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, depois, para o Plenário.

Audiência pública debate hoje o Estatuto da Juventude

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) faz hoje audiência pública para debater o projeto do Estatuto da Juventude (PLC 98/11). A reunião foi requerida por Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto.

O texto chegou ao Senado

em outubro de 2011, já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será analisado pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Direitos Humanos (CDH).

Relator do projeto na CCJ,

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), é um dos convidados da audiência, que terá também Severine Macedo, secretária nacional de Juventude; Rebeca Ribas, vice-presidente do Conselho Nacional de Juventude; Alessandro Melchior

Rodrigues, representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; e Manuela Braga, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entre outros.

Venda de monografias é tema de votação na Comissão de Educação

Está na pauta de hoje da Comissão de Educação e Cultura (CE) projeto que prevê a divulgação obrigatória de trabalhos de conclusão de curso superior, para evitar plágio e coibir a venda de monografias. De acordo com o autor do projeto (PLS 199/12), Blairo Maggi (PR-MT), tem havido displicência na divulgação dos trabalhos acadêmicos. O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), acredita que a medida resultará em maior comprometimento dos alunos e maior envolvimento dos orientadores.



José Cruz/Agência Senado

Também está na pauta da CE projeto (PLS 20/11 — Complementar) que inclui despesas orçamentárias da cultura entre as que não podem ser contingenciadas. Outro tema da pauta é o acesso de técnicos de atletas ao Programa Bolsa-Atleta. De acordo com substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) a dois projetos que tramitam em conjunto (PLS 332/09 e PLS 134/10), os treinadores poderão fazer jus a 10% do valor do benefício recebido por seus atletas, podendo acumular até dez bolsas.

Projeto prevê formação específica para dar aulas de educação física em colégios

Aulas de educação física só poderão ser ministradas por profissionais formados na área. Essa é a proposta do projeto (PLS 103/12), de Ivo Cassol (PP-RO), que receberá votação final hoje na Comissão de Educação e Cultura (CE). Atualmente, para alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, aceita-se professor formado em Pedagogia. O relator do projeto, Benedito de Lira (PP-AL), apresentou voto pela aprovação.

A CE também pode votar o projeto (PLS 525/09), de

Cristovam Buarque (PDT-DF), que institui condições mínimas para construção e equipamento de estabelecimentos de educação básica. Para que seja autorizado a funcionar, o estabelecimento deverá obter, no poder público municipal, documento comprovando padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). A relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), explica que o MEC já definiu critérios no programa Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola).



José Cruz/Agência Senado

Cristovam comenta relatório sobre a educação no Brasil

A desigualdade entre resultados de escolas públicas e particulares e entre as regiões



Waldemir Barreto/Agência Senado

do país, apontada no relatório *De Olho nas Metas 2012*, do movimento Todos Pela Educação, foi citada ontem por Cristovam Buarque (PDT-DF) em Plenário.

— O Norte tem metade do nível de aprendizado do Centro-Sul, que já é baixo — criticou o senador.

Entre os pontos comentados por Cristovam está o fato de 8% das crianças em idade escolar estarem fora da escola, o que equivale, disse, a 3,8 milhões de crianças. Ele voltou a defender sua proposta de federalização da educação de base.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) relatou avanços nos últimos anos. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pediu a ajuda de Cristovam para aprovar emenda de Alvaro Dias (PSDB-PR) à MP 586/12, mudando de 8 para 6 anos a idade ideal para alfabetização nas escolas.

Paim destaca parceria com Estados Unidos na inclusão pelo esporte

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem visita que recebeu de uma delegação norte-americana interessada na troca de experiências sobre grandes eventos esportivos com políticas de inclusão social. A intenção, segundo ele, é fomentar a parceria com ações direcionadas para a Copa das Confederações, em junho, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O senador destacou a criação da Fundação de Futebol dos Estados Unidos com as sobras financeiras da Copa de 1994. O foco da fundação é o atendimento a famílias de baixa renda, afrodescendentes, pessoas com deficiência, idosos e comunidades pobres. Paim lembrou que o Brasil deve investir R\$ 84 bilhões na Copa de 2014 e R\$ 11 bilhões nas Olimpíadas.

— O objetivo é utilizar o esporte para combater a evasão escolar, a obesidade e as drogas e avançar na saúde — explicou o senador.

Convidado a conhecer a experiência de Nova Orleans em maio do ano que vem, Paim falará sobre a importância do futebol no Brasil.